

■ OKAVANGO/ZAMBEZE JÁ TEM ORÇAMENTO

Disponibilizada verba para construção de infra-estruturas no projecto KAZA

Quando Cubango conta com uma área de cerca de 90 mil quilómetros quadrados, dos 520 mil quilómetros quadrados afectos ao projecto KAZA, sendo o segundo país com maior parcela, depois da Zâmbia com 97 mil quilómetros quadrados

Lourenço Bule | Menongue

O Executivo disponibilizou mais de 14 mil milhões de kwanzas do Orçamento Geral do Estado (OGE), referente ao exercício económico de 2023, para a construção de várias infra-estruturas e implementação dos serviços básicos para a atracção de investimento privado na região angolana do projecto Okavango/Zambeze (KAZA), na província do Cuando Cubango.

Esta informação foi avançada ao *Jornal de Angola* pelo presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional para a Gestão da Região Angolana do Okavango (ANAGERO), Rui Lisboa, que disse que constam nos projectos inscritos, no Programa de Investimentos Públicos (PIP) de 2023, a construção dos postos fronteiriços do Buabuata e Bico de Angola (Rivungo), Dirico e Mucusso (município do Dirico).

Rui Lisboa afirmou que o projecto contempla ainda a reabilitação de 560 quilómetros de estrada terraplanada, que vai permitir uma melhor circulação de pessoas e bens nas principais áreas de interesse turístico da região angolana do Okavango/Zambeze (KAZA), nomeadamente, Buabuata/Luiana/Jamba e Mucusso/Lúcia.

O responsável explicou que todos os constrangimentos de comunicação por via telefónica na região serão mitigados, tendo em conta



que foi aprovado o projecto de instalação da rede de telefonia móvel avaliado em um milhão de dólares norte-americanos, para dar cobertura às principais áreas de interesse turístico, nomeadamente, no Buabuata, Bico de Angola, Boa-Fé e Benorio (Rivungo).

Acrescentou que todas as acções no domínio da Energia e Águas estão acauteladas e foram acomodadas no Programa de Investimentos Públicos (PIP) de 2023 da província do Cuando Cubango.

Segundo o PCA da ANAGERO, os projectos foram aprovados no âmbito do Grupo Multisectorial, coordenado pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, para análise e inventariação dos recursos faunísticos e fundiários do país, com vista à dinamização da actividade turística.

Rui Lisboa disse que o cronograma do Grupo Multisectorial contempla ainda acções no domínio da gestão dos recursos faunísticos,

actualização da legislação actual para facilitar a prática do turismo cinegético no país, bem como a promoção e atracção de investimento privado para dinamizar a actividade turística na região e aumentar a contribuição do sector do Turismo no programa de diversificação da economia nacional.

Salientou que os recursos financeiros disponibilizados visam viabilizar a materialização de outras acções, também, aprovadas pelo Grupo Multisectorial, precisamente

para impulsionar a actividade turística na região e facilitar o investimento nas áreas de conservação animal e identificar as zonas para a promoção do turismo cinegético.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da ANAGERO, a materialização destes projectos tornará possível a entrada de inúmeros turistas internacionais no Cuando Cubango, a partir das fronteiras fluviais e terrestres que a província partilha com os países vizinhos (Namíbia e Zâmbia), bem

como facilitar o acesso dos turistas e potenciais investidores às principais áreas de interesse turístico da região do Okavango/Zambeze (KAZA), cujo potencial tem despertado grandes operadores do ramo do turismo que pretendem incluir Angola nos roteiros.

"Muitos operadores turísticos da África Austral pretendem incluir Angola nos roteiros turísticos regionais e assim atrair mais turistas, que há muito aguardam ansiosos por uma oportunidade de visitar a região angolana do Okavango/Zambeze, considerado por muitos como o segredo mais bem guardado do mundo em termos de vida selvagem", disse.

Rui Lisboa recordou que a ANAGERO foi criada, recentemente, com o objectivo de atrair, promover e facilitar o investimento privado na região do Okavango, que comporta parcelas territoriais de seis províncias, nomeadamente, Cuando Cubango, Huíla, Moxico, Cunene, Bié e Huambo, zonas consideradas potencialmente ricas em turismo.

Frisou que a província do Cuando Cubango vai merecer toda a atenção especial da ANAGERO, tendo em conta o grande potencial natural da componente da iniciativa regional Okavango/Zambeze (KAZA), integrada por Angola, Zâmbia, Zimbábue, Namíbia e Botswana.

O Cuando Cubango conta com uma área de cerca de 90 mil quilómetros quadrados, dos 520 mil quilómetros quadrados afectos ao projecto KAZA, sendo o segundo país com maior parcela territorial, depois da Zâmbia com 97 mil quilómetros quadrados. Nesta província do Sudeste de Angola, este imponente projecto abrange os municípios do Cuito Cuanavale, Dirico, Mavinga e Rivungo, onde estão localizados os parques nacionais de Mavinga e Luengue-Luiana, com recursos faunísticos, florestais e hídricos.

■ ENCONTROS DE SENSIBILIZAÇÃO NO BAILUNDO E CAÁLA

Provedor-adjunto de Justiça pede mais difusão das acções

Marcelino Wambo | Huambo

O provedor-adjunto de Justiça, Aguiinaldo Cristóvão, sublinhou, no Huambo, que o papel e funções deste órgão de soberania no país devem ser cada vez mais divulgados, para que os cidadãos estejam bem informados sobre a sua essência.

Falando quarta-feira em conferência de imprensa, numa das salas das Direcções Provinciais do Governo da Província, lembrou que um dos propósitos da visita ao Planalto Central do país é constatar o funcionamento da representação da Provedoria de Justiça. Aguiinaldo Cristóvão disse que manterá

encontros com as autoridades locais, sobretudo, as ligadas ao poder tradicional. Durante a permanência no Huambo, o provedor-adjunto de Justiça deslocou-se aos municípios do Bailundo e Caála para sensibilizar e esclarecer o papel deste órgão.

No encontro participaram, além de membros do Governo do Huambo, magistrados judiciais e do Ministério Público, administradores municipais, entre outras entidades.

Criada em 2005, a Provedoria de Justiça é uma instituição independente com o objectivo de defender os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, através de

meios informais, a justiça e a legalidade da Administração Pública.

Aguiinaldo Cristóvão explicou, a este respeito, que todos os cidadãos ou pessoas colectivas (empresas) que sentirem os seus direitos violados ou ameaçados podem apresentar queixas ou reclamações à Provedoria de Justiça.

Acrescentou que os casos de fuga à paternidade e de abandono do lar são, entre outros, os mais recorrentes com que a instituição lida.

Consta ainda da agenda de trabalho do provedor-adjunto de Justiça visita às novas instalações da Provedoria de Justiça no Huambo.



Aguiinaldo Cristóvão apela cidadãos a apresentarem queixa quando sentirem os seus direitos violados

FRANCISCO LOPES | EDIÇÕES NOVEMBRO | HUAMBO